BUROCRACIA SINDICAL:
A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Lorene Figueiredo
Pesquisadora do NETEC/UFJF

Esta comunicação apresenta a síntese de algumas elaborações teóricas realizadas em nossa pesquisa de mestrado quanto à função das organizações de trabalhadores, em especial o sindicato, na conformação do trabalhador ou na colaboração para sua emancipação. Nosso objeto empírico foi o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Adotamos como central o problema da burocratização das direções sindicais e sua relação com nossa formação histórica. Tomamos como contexto a crise da acumulação dos anos setenta e sua saída conservadora denominada neoliberalismo. Consideramos que o esgotamento do "milagre brasileiro" e da ditadura empresarial-militar representam os marcos históricos da crise no Brasil, sendo sua arena de embates e construção do consenso conservador durante a década de oitenta. A partir dos anos noventa, estabelece-se no país a saída neoliberal concomitantemente ao restabelecimento dos direitos constitucionais.

Os sindicatos sob o capitalismo monopolista

Trotsky (1978: 101) ao analisar a degeneração das organizações sindicais demonstra as dificuldades que este movimento enfrenta para se manter independente sob a fase do capitalismo monopolista. Neste contexto, é necessária maior concentração do poder estatal tanto para conter as organizações de trabalhadores como para obtenção do consenso, evitando as crises de hegemonia. Desenvolve-se uma relação diferenciada nos arranjos locais, caracterizada pela necessidade de garantir certa autonomia em relação ao Imperialismo, levando o Estado ao papel de protetor, patrocinador e árbitro. É o sistema tripartite, o qual vigorou no Brasil a partir da Era Vargas. Para o autor os sindicatos podem servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários ou pode transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do operariado.

GRAMSCI (2000b), em sua teoria do Estado, afirmava a necessidade da classe trabalhadora de evitar qualquer método de direção que defenda o corporativismo. Considerava fundamental realizar uma ruptura metodológica para o estabelecimento de uma visão orgânica e histórica do Estado, visando compreender a dinâmica através da qual põe em funcionamento o conjunto de atividades práticas e teóricas para a obtenção do consenso. E, finalmente, uma ruptura política para fazer a crítica ao liberalismo, as outras formas de economicismo, inclusive de esquerda, cujo complemento, segundo ele, é o reformismo.

As organizações que melhor se prestam a cumprir o papel, de se tornar a burocracia a serviço da dominação burguesa, são as reformistas (MANDEL 2005 b). Realizam a cisão de forma orgânica de dois aspectos da luta: o econômico e o político, uma especialização de tarefas cabendo ao sindicato os aspectos econômicos e ao partido, o aspecto político. Análise e síntese deixam de realizar uma totalidade orgânica e passam a compor momentos estanques.

A saída reformista para a crise de acumulação dos anos 70 foi, na organização dos trabalhadores, o sindicalismo propositivo, que converge novamente para a tutela do Estado. A forma como a social-democracia elabora as respostas à dinâmica da luta de classes expressa uma concepção fetichizada das relações sociais de produção, o patamar das lutas parciais segue rebaixado e a luta pela transformação social é abandonada. A passagem da social-democracia ao social liberalismo é o resultado da fetichização.

Os riscos de burocratização do movimento operário

Segundo Mandel (2005a) sob o capitalismo, dado o grau de especialização do trabalho, os trabalhadores têm dificuldade em adquir os conhecimentos para conduzir autonomamente a atividade política e social de forma permanente.Quando uma camada se especializa na atividade dirigente, surge o risco de burocratização. Disto decorre a constante preocupação em não restringir as lutas sindicais aos processos econômico-corporativos.

Mandel também considera a questão dos privilégios materiais e a defesa desses privilégios como parte do problema e a isso denomina a 'dialética das conquistas parciais', estas e a fetichização são especialmente exploradas pelo capital na tentativa constante de dividir a classe trabalhadora o êxito depende também da ampliação dos mecanismos de propagação da ideologia capitalistas disponíveis para sua concretização nos aparelhos privados de hegemonia e nos meios de comunicação. Assim como Trotsky (1978), Mandel destaca que os riscos sob a fase imperialista do capitalismo:Uma parte dos dirigentes convive de maneira consciente com a burguesia e integra-se a sociedade capitalista. Os obstáculos à burocratização levantados pela consciência socialista desaparecem. As organizações reformistas acabam por realizar um giro à direita, sob essas condições o social-reformismo se transformaria em social imperialismo. "Isso é a raiz mais profunda do conservadorismo burocrático da social democracia" (2005b).

A burocratização como mecanismo de controle

A burocracia não é sinônimo de ineficiência, conforme pensava Lênin (apud RODRIGUES, 1991 :77), mas um excesso de administração como eficiente mecanismo de distanciamento das formas de organização democráticas da vida social. Esta determinação expõe uma contradição fundamental que perpassa vários organismos na sociedade civil: quanto mais participação, proposição, menos democracia, no sentido da decisão direta e substantiva na política. A 'democratização' se apresenta como um mecanismo ideológico que cria uma experiência educativa de conformação. Materializa-se em fóruns e conselhos, em especial nas instâncias tripartites como forma adaptativa, afirmação de uma democracia formal, cujos efeitos se traduzem pelo imobilismo da classe trabalhadora.

A burocracia constitui um corpo de funcionários diretamente ligados à estrutura administrativa do Estado ou ligados aos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil que realizam a tarefa precípua dos intelectuais: a direção 'moral' e 'espiritual' de determinada organização social.

No Brasil, a massificação do ensino ampliou o ingresso na burocracia do Estado de setores da classe trabalhadora que até então não participavam de sua administração. Esse processo de expansão coincide com a crise mundial do capitalismo nos anos 70, expressa no país pela crise do regime ditatorial. A deterioração da educação pública é concomitante à sua expansão e à democratização e nos remete à necessidade do Capital de condicionar o desenvolvimento das forças produtivas frente à crise de acumulação, sob a reafirmação do vínculo dos interesses entre a burguesia brasileira e a internacional. Nesse contexto, a proletarização[1] avança sobre os trabalhadores da área de políticas sociais.

É nesse universo social que as entidades de organização de classe ligadas ao novo sindicalismo surgem e fundam a CUT, a CNTE e o PT. O Sind-UTE, parte ativa desse processo, representa um conjunto de trabalhadores que, majoritariamente, ocupa postos subalternos na estrutura administrativa do Estado. No caso de Minas Gerais são aproximadamente 288 mil trabalhadores, presentes em todos os municípios.

---

[1] Como avanço dos mecanismos de controle sobre o trabalho, da tendência à subsunção real. BRINGTHON (1991).

As lideranças destas entidades tornaram-se pouco a pouco funcionários dos interesses da classe dirigente, através da relação com o Estado. Passaram a constituir o corpo de funcionários do Estado por dentro dessas organizações.Os mecanismos de controle passam a operar o processo educativo para a aceitação das condições impostas pelo capital, que são interpretadas como limites naturais das condições de desenvolvimento. Há, portanto, um reforço dos mecanismos ideológicos em ação nos aparelhos privados e a hegemonia da classe dominante se realiza através deles.

É evidente que as políticas altamente regressivas impostas hoje a amplos setores de trabalhadores e, em especial, aos servidores públicos em educação, geram uma possibilidade constante de desequilíbrio e tensão, levando os dirigentes a agir vez por outra na defesa dos interesses dos trabalhadores. Igualmente, em função dessas contradições, os mecanismos de consenso cedem lugar aos de coerção não mais nas mãos do Estado policial, mas por dentro das estruturas de representação da classe e inauguram uma nova forma de regulação e também de relação intra-organização de trabalhadores. É evidente que na defesa da posição de poder que assume na estrutura do Estado,a burocracia sindical não pode, de fato, lutar por interesses da categoria a qual representa. Entretanto deve fazer crer que sim e ainda deve elaborar interpretações e análise da realidade sócio-histórica de forma a reproduzir uma visão de mundo conservadora.

O equilíbrio instável dessa condição pode levar a mudança da representação política dos trabalhadores, quando há a atuação de uma organização revolucionária ou a desmobilização e a desorganização da classe, ainda que por um período, caso novas lideranças não consigam se constituir no conjunto das lutas da classe pela resolução de suas contradições.

A função dos sindicatos em uma perspectiva revolucionária

Marx nos mostrou as duas funções mais importantes que um sindicato deve desenvolver. A imediata que é a organização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, com o intuito de impedir o aviltamento das condições de sobrevivência. E a de caráter mediato que diz respeito à organização dos trabalhadores como classe. Para Marx (apud COGGIOLA 1998: 40) em tempos de crise os sindicatos devem:

> Organizar uma cooperação planificada entre os empregados e os desempregados, para anular ou diminuir as conseqüências ruinosas que essa lei natural da economia capitalista traz para a classe .

Segundo ele, o sindicato apresenta os trabalhadores unidos, como uma força social. Marx (1975) também percebeu a importância do sindicato na formação da classe, pois “lutando contra a tendência do sistema”, os sindicatos tornam-se uma verdadeira “escola de comunismo”. (Idem).Gramsci aprofundou estas elaborações trazendo a preocupação com a formação dos dirigentes, capazes de levar a cabo essa tarefa organizativa. Tal tarefa consistia em ser capaz de realizar a mediação através das quais as experiências vividas nas lutas econômicas pudessem se tornar constitutivas de classe. [2] A função organizativa e diretiva específica dos intelectuais ligados à escola pública é estratégica tanto na reprodução da

[2] Experiência no sentido empregado por Thompson: a experiência da determinação, experiência como mediação em um processo histórico de formação de classe e sob as pressões estruturais determinantes das relações de produção, mas que se estende para além do processo imediato de produção e do nexo imediato de extração da mais valia e engloba as unidades particulares de produção. É em meio a essa experiência comum que toma forma a consciência social e a disposição de agir como classe. In: WOOD (2003:73 a 98).

sociabilidade capitalista sob a nova base de acumulação quanto na perspectiva de contribuição com a luta contra hegemônica.

A possibilidade de burocratização encontra nas condições objetivas sob as quais o trabalho na educação pública se realiza, como parte do aparelho do Estado, um terreno já preparado para seu enraizamento caso não haja a mediação de ferramentas organizativas que explore a contradição inerente à especificidade dessa forma de trabalho.

Os limites do Reformismo e as mudanças no PT, na CUT

As mudanças no Sind-UTE se inserem no contexto mais amplo de transformações pelas quais as organizações da classe trabalhadora vêm passando, em especial os sindicatos e os partidos políticos.

O período entre guerras, a revolução russa e a crise de 1929 colocaram aos defensores da ordem capitalista a necessidade de ampliar a regulação do processo de produção. Esta se materializou pela aplicação do keynesianismo e produziu a 'bolha' de desenvolvimento característica do 'Well Fare State'. Somam-se a ele, à reconstrução da Europa nos pós – guerras e a expansão do fordismo.A defesa do socialismo em um só país (URSS), os ataques brutais sofridos pelos comunistas na Europa (como na guerra civil espanhola), a ascensão do fascismo, do stalinismo e as perspectivas colocadas pelo keynesianismo reforçaram as posições reformistas e levaram à adaptação os sindicatos e os partidos políticos comunistas à 'ordem'.

Mézáros (2003) ressalta que a busca de espaço dentro da ordem restringiu a possibilidade de organização política das entidades sindicais e favoreceu a divisão de tarefas entre sindicatos e partidos operários. O movimento sindical se desviou de seus objetivos originais: ser o antagonista estrutural do capital. Os partidos passaram a atuar por dentro da estrutura parlamentar capitalista.

Os limites vivenciados pela classe trabalhadora no Brasil, acompanham estas mudanças. As ferramentas de atuação na arena política recente, constituídas em torno da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, exemplificam os limites do reformismo na organização da classe.

GARCIA (2000) avalia que, entre 1988 e 1990, o Partido é tomado por setores da classe média e profissionais liberais e de pequenos empresários. Amplia-se a militância do setor terciário, em especial funcionários públicos e professores ao mesmo tempo em que avança sob o mundo do trabalho a terceirização e a informalidade. Avalia que as características desta classe no interior do partido mudam. Analisando níveis de renda, escolaridade e a correspondente hierarquização no acesso aos cargos conclui que todas estas determinações concorreram para a burocratização do Partido. Ressalta que em 1991 havia uma expressiva concentração ou superposição entre postos dirigentes: os possuidores de mandatos parlamentares eram número significativo dos dirigentes dos diretórios e também dispunham de maior renda mensal, entre eles concentrava-se o maior número de militantes profissionalizados pelo partido.

O impacto das alterações ideológicas e práticas petistas se fazem sentir no movimento sindical, em especial na Central Única dos Trabalhadores.

Em 1991, em lugar do sindicato que combate, a colaboração de classes surge o "sindicato cidadão" e "negociador". Garcia traz ainda a Resolução do Congressual de 1991 a esta declarava que o PT passava a considerar tarefa do movimento sindical, em especial da CUT, identificar o trabalhador não apenas como assalariado, mas também como eleitor e cidadão, contribuindo com o partido na luta pela 'hegemonia'. Garcia e BOITO (1999), nos remetem à participação da CUT no "Entendimento Nacional" com Collor e nas câmaras

setoriais, além do apoio à posse de Itamar Franco, defendendo a governabilidade capitalista. O espaço institucional passou a ser privilegiado em detrimento da luta de classes.

Em sua nova função, os movimentos sociais e os sindicatos passaram a existir para alimentar com quadros, receitas, votos e poder de pressão social a máquina eleitoral na qual o Partido se transformou. Ainda que pese o conjunto de reformas pelas quais o Estado passou e a reestruturação produtiva, a resposta encontrada para essas alterações atendeu às necessidades específicas das lideranças reformistas e não aos interesses da classe trabalhadora.

Além disso, importantes setores ligados à CUT e oriundos dos sindicatos históricos mudaram de classe social. A organização de fundos de pensão e a criação de linhas de financiamento administradas pela Central, os cursos de capacitação que movimentam importantes recursos públicos, criam uma nova modalidade de burocratas privilegiados com altos salários. O saldo para a classe é o rompimento de importantes valores tão caros do movimento sindical internacional. Em seu lugar, é reforçado o que existe de mais atrasado na política: o clientelismo, o coronelismo, a manutenção de currais eleitorais pela distribuição de algumas benesses, o uso da máquina sindical para as políticas partidárias conservadoras. Práticas que observei, empiricamente, também no Sind-UTE.

A Mudança na Orientação do Sind-UTE representa o total distanciamento de seu projeto original

As mudanças ocorridas na organização dos trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais acompanham as mudanças ocorridas no PT e na CUT e estão plasmadas nas Teses Congressuais analisadas em nossa pesquisa.

Após dezesseis anos de unificação sua orientação inicial foi completamente abandonada. A concepção filosófica e política expressavam a defesa de um socialismo difuso, atualmente, busca uma sociedade mais ‘justa’ e ‘fraterna’. Os conflitos entre as classes fundamentais deixaram de balizar as avaliações e surgiu a busca constante de parceiros na sociedade para construir aquela sociedade mais justa e fraterna. Os trabalhadores deixaram de ser protagonistas do processo de transformação da sociedade para se tornarem colaboradores de sua construção. A concepção de democracia deixou de ser a operária para ser a democracia representativa. A fórmula “Sindicato Cidadão” sintetiza tal posicionamento político.

No Congresso de Unificação, em 1990, a concepção de sindicato era classista, democrático, independente e autônomo. Entre 1997 e 1998 a concepção de sindicato passou a ser o sindicato cidadão, com a defesa de participação em câmaras setoriais e fóruns tripartites. A relação com as demais entidades dos servidores públicos estaduais ficou relegada a segundo plano. Por outro lado, houve o reforço da atuação verticalizada, em fóruns mais amplos como a CNTE , a CUT e a participação em organizações internacionais de orientação liberal como a ORIT e a CIOSL.

Nas relações de trabalho inicialmente avaliava a necessidade de realizar uma “luta pedagógica” apoiado no conceito de alienação, juntamente com a concepção de educação humanista, que remetia à escola unitária de Gramsci. Nas resoluções a concepção de educação desapareceu e cedeu lugar a adoção dos projetos de governos neoliberais sendo considerado necessário para seu sucesso o treinamento em serviço. No relacionamento com a política educacional nacional da crítica aos projetos como a LDB de Darcy Ribeiro e aos PCNS, o Sindicato passou a defesa de todo o programa de educação federal que reproduz a mesma lógica dos governos anteriores como o FUNDEB, o PROUNI além das políticas compensatórias como o bolsa família entre outros.

O não pagamento da dívida externa do início dos anos noventa passou em meados da década ao questionamento da mesma, em seguida a busca de alianças no MERCOSUL para

uma negociação soberana e finalmente para a defesa da campanha de conversão de parte da dívida em financiamento para a educação.

Nas políticas permanentes o Sindicato abandonou a defesa da igualdade e universalização dos direitos adotando a eqüidade e à política de discriminação positiva em oposição à política de universalização.

No âmbito das questões corporativas a defesa da educação pública e de relações de trabalho com garantias de diretos, migrou para a aceitação das propostas do governo, deixando aprovar em lei para depois tentar minimizar os efeitos. A garantia de direitos restringiu-se aos trabalhadores estáveis, calcada no aprofundamento da exploração sobre os demais, em regime de subcontratação, ao invés de organizar lutas que garantissem a unidade dos trabalhadores.

Houve a mudança na estrutura e na organização privilegiando a democracia representativa nas instâncias deliberativas. As assembléias igualmente passaram a ser de filiados e não da categoria, assim como as instâncias representativas nas escolas e subsedes (comissões, representantes de escola e de subsedes). Esta mudança propicia o afastamento da base das arenas de decisão forçando a alienação dos trabalhadores do controle dos rumos do movimento, favorecendo o desenvolvimento das práticas fetichizadas.

A mesma relação indireta pode ser observada na relação com o Estado, na busca de um intermediador dos diálogos que passa a ser realizado pelo legislativo e pela cúpula da CUT, em adoção explícita pelas lideranças, da posição de detentores do monopólio da força de trabalho. É o rompimento com a concepção de sindicato que apresenta a classe como força social, para a adoção do viés liberal. Nessa ‘nova’ abordagem a greve de massa deixa de ser a principal forma de enfrentamento. Na verdade ela é dispensável. Assume um caráter ritualizado de manutenção da unidade ‘formal’ entre os trabalhadores. Para fora da organização significa a demonstração de controle que a direção detém, mantendo-se como interlocutor privilegiado do patrão . A contradição desta forma de atuação está cristalizada na reforma trabalhista.

Assim sendo, a atuação da direção do Sindicato analisado tem sido a de conter o movimento dos trabalhadores. Esse processo tende a se aprofundar quanto mais postos esses dirigentes ocupam na estrutura do Estado, demonstrando assim que os interesses particulares da corrente política que dirige o Sind-UTE são prioritários em relação aos da categoria. O fato de conseguir se manter desde 1979 à frente dessa organização demonstra a realização da hegemonia burguesa sobre essa organização de trabalhadores. Podemos observar através desse objeto de pesquisa, a ampliação do Estado, nos moldes teorizados por Gramsci. Os mecanismos de controle da classe tornam-se internos à organização que deveria combatê-los, mantendo o conflito não entre as classes, mas dentro da própria classe trabalhadora. A adaptação da Articulação e sua conversão definitiva ao social-liberalismo levou essa corrente a uma transformação radical na forma de encaminhar as relações com os trabalhadores através das organizações que dirige. O Sind-UTE é um exemplo lapidar.

A categoria profissionais da educação apresenta como características : baixa participação em fóruns deliberativos como as Assembléias, não comparecimento aos atos e manifestações quando ocorrem, baixa filiação. O desinteresse por parte desses trabalhadores e sua despolitização é resultado não apenas das reformas do Estado, mas da atuação que os dirigentes tiveram a frente do Sind-UTE e demonstra em um âmbito mais amplo, o resultado da opção que a esquerda assumiu, capitaneada pelo PT, diante do avanço neoliberal.

Referências Bibliográficas:

BOITO JR, *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999 .

BRIGTHON, Process Group. O Processo de Trabalho Capitalista in: DA SILVA, T.T (org) *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

COGGIOLA, O.*Introdução à Teoria Econômica Marxista*, São Paulo: Viramundo, 1998.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Rompendo a lógica da Diferença.* Niterói:2000. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 a
_____. *Cadernos do Cárcere*. V3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 b

MARX, K e ENGELS,F .*O Sindicalismo II – conteúdo e significado das reivindicações.* Seleção Roger Dangeville. Porto:Publicações Escorpião, 1975

MANDEL, E. *A Burocracia no Movimento Operário*, Marxists Internet Archives, 2005a. Acesso em 18/06/2005.
_____ . *A Natureza do Reformismo Social Democrata*, combate. info, 2005b. Acesso em 18/06/2005.

MÉZÁROS, I. *O Século XXI, Socialismo ou Barbárie?*, São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins: Lênin e o problema da Burocracia na URSS. In: *Partidos e Sindicatos*, Rio de Janeiro: Àtica, 1991.

TROTSKY, L. *Escritos sobre sindicato*, São Paulo: Kairós, 1978.

WOOD, E.M. *Democracia Contra Capitalismo.* São Paulo: Boitempo, 2003

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO :*Teses e Resoluções Congressuais* de 1990 a 2006.